

A CONTRA-REVOLUÇÃO EM PORTUGAL, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

As guerras civis de oitocentos, aparentemente, deixaram poucas sequelas. A história foi escrita pelos vencedores, e os esforços do integralismo lusitano ou do salazarismo não foram suficientemente provocantes para que os nossos investigadores dedicassem alguma atenção ao crucial período 1820-1851.

As provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentadas no Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa por MARIA ALEXANDRE LOUSADA (*) são um trabalho pioneiro.

O estudo geográfico da implantação miguelista ao longo deste conturbado período está ainda por fazer, embora para a época de 1826-28 e 1846-47 já haja alguma coisa elaborada. Os seus dois ensaios relativos ao discurso político miguelista (1828-1834) e ao apoio que a nobreza titulada deu a D. Miguel, tornando pois possível um golpe de Estado vitorioso, constituem um valioso contributo para todos aqueles que se interessam pela implantação do liberalismo em Portugal.

Relativamente ao primeiro ensaio — o discurso político — justo é que nos lembremos dos trabalhos de LUÍS REIS TORGAL e TELMO DOS SANTOS VERDELHO, que ajudaram a autora deste ensaio a pensar na questão. No entanto, nunca até agora fora sequer tentada uma visão de conjunto do que foi dito pelos principais teóricos da contra-revolução miguelista. Escalpelizando o que foi escrito em diversas proclamações, manifestos, brochuras, folhetos, pastorais e introduções legislativas, M. A. LOUSADA optou por uma metodologia que privilegia textos de combate, em que sobressaem vários projectos institucionais, e em que se delineiam as várias concepções relativas à soberania, à legitimidade, ao regime (absolutista ou não), às cortes, às leis fundamentais, ao pacto, etc.

(*) MARIA ALEXANDRE LOUSADA, *O Miguelismo (1828-1834): o discurso político e o apoio da nobreza titulada*, prova de capacidade científica apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1987. A prova de aptidão pedagógica incidiu sobre *As divisões político-administrativas em Portugal nos finais do Antigo Regime*.

Apoiada por tudo o que até agora se tem dito de relevante acerca da contra-revolução, quer por historiadores nacionais quer internacionais, M. A. LOUSADA deliberadamente não quis fazer um ensaio de filosofia política. Trata-se de uma opção discutível, dada a matéria, mas, segundo a visão que a autora tem do miguelismo, é a mais adequada para se compreender a especificidade deste movimento. Como ela própria refere, «mais do que uma doutrina, o miguelismo foi um estilo, uma prática» (p. 3). E sendo assim, é pena que a autora não tenha desenvolvido a introdução de história política que fez a este ensaio. O aparecimento de D. Miguel na cena política portuguesa é prévia aos acontecimentos de 1828-34, e a necessidade de haver alguém que protagonizasse as frustrações e anseios dos defensores do antigo regime estava patente há muito. A questão da sucessão de D. João VI e do regime mais adequado a Portugal é prévia à sua morte. Seria, pois, interessante que a autora nos tivesse dado o enquadramento político post-1820, assim como chamado a atenção para a ala do miguelismo que tinha vibrado com a revolução vintista, quer fazendo parte do governo provisório, quer como representantes da nação no parlamento, ou ainda os que foram contemplados por D. Pedro IV com a carta de par do reino. Nos trabalhos conducentes ao segundo ensaio — o apoio da nobreza titulada a D. Miguel — a autora elaborou preciosos quadros em que podemos ver, caso a caso, a evolução política destes nobres titulados. No entanto, teria sido preferível, a meu ver, logo no primeiro ensaio, dar-nos conta dos zigue-zagues de todo este pessoal político, que veio a constituir a liderança da tropa de choque miguelista. A pressão popular para que D. Miguel voltasse e reinasse como rei absoluto foi talvez decisiva para o apoio desta nobreza com «má consciência». O tipo de discurso daqueles que defendiam os emigrados em Espanha é, como a autora muito bem detectou, algo que atinge o delírio, mas, em minha opinião, tem de ser articulado com os interesses que representa.

Não sendo o miguelismo um movimento monolítico, as fracturas que apresenta têm de ser cuidadosamente estudadas. Os que mais tarde se intitularão miguelistas, realistas, absolutistas ou legitimistas, odeiam-se entre si como só os irmãos políticos o conseguem. O próprio pretendente, D. Miguel, era aceite com reticências por parte de muitos dos seus apoiantes que, à falta de alternativa, acabaram por lhe manifestar a sua lealdade e sofreram depois as represálias liberais. Seria importante e interessante uma análise do discurso político miguelista até 1830 e posterior a esta data, em que, a nível internacional, as hipóteses de sucesso miguelista foram esboroadas pelas transformações ocorridas na Europa, mormente em França e Inglaterra. Bem sei que a história diplomática já conheceu melhores dias, e que actualmente não se atende às relações internacionais, concedendo-lhes a importância decisiva que, a meu ver, têm. O reconhecimento ou não por parte da Inglaterra do regime miguelista é uma questão crucial, que merece uma análise detalhada, até porque as contrapartidas exigidas, uma ampla amnistia, dizem-nos muito acerca das clivagens do bloco miguelista, desde os que liminarmente as recusa-

vam até aos que pensavam que valia a pena e era possível um compromisso.

Outra questão que divide os miguelistas nesta altura, como sempre dividiu a sociedade portuguesa, consiste no restabelecimento da Companhia de Jesus em Portugal. Os Jesuítas acabaram por regressar a Portugal, sob a protecção do então Primeiro Ministro, Duque de Cadaval, mas não foi um regresso pacífico. E esta questão é, como é fácil de ver, uma questão eminentemente política, que valeria a pena a autora, se se continuar a dedicar ao miguelismo, aprofundar.

Outro aspecto que a autora não refere, por não ser do seu especial interesse, e que reputo importante, é a especificidade do nosso regime contra-revolucioário. Ao contrário do que aconteceu em França ou Espanha, o miguelismo reinou e sustentou-se durante seis anos. Isolado diplomaticamente, embora tendo a especial bênção do Papa e o importante apoio de D. Fernando VII de Espanha, o regime miguelista governou Portugal sem sobressaltos de maior durante cinco anos. Isto, quanto a mim, necessita uma explicação, que obviamente passa por um estudo comparado da evolução política e das determinantes económicas, sociais e culturais de Espanha, França e Portugal. O absolutismo de Fernando VII tem pouco a ver com o de sua irmã Carlota Joaquina, como está patente na correspondência trocada entre eles. As próprias relações entre mãe e filho necessitam estudo, pois não são convincentes os argumentos, coevos ou não, de que havia identificação de propósitos políticos entre D. Carlota Joaquina e D. Miguel.

Face ao contexto político em que se desenvolveram as ambições miguelistas, o discurso político elaborado pelos seus intelectuais, quer provindos do clero, nobreza ou burocracia estatal, poderia ser outro? Os saneamentos, violências e repressões tão profusamente praticadas e justificadas, eram indispensáveis? Esta «guerra dos Viscondes», desencadeada pelos notáveis regionais e pelos povos por eles controlados (quer económica quer ideologicamente), irados pela preterição feita por D. Pedro aquando da outorga da Carta Constitucional de 1826, poderia ter sido diferente? Enfim, Portugal poderia mudar através de uma transição pacífica? Reforma ou revolução, eis, mais uma vez, a questão.

Para quem partiu praticamente do nada, como é o caso de M. A. LOUSADA, o mínimo que se pode fazer é dar os parabéns por este trabalho que, apesar de não ter resposta para todas as questões que se podem levantar acerca do miguelismo, tem, pelo menos, o mérito de ter atacado o problema. Com um trabalho minucioso, inteligência e imaginação, M. A. LOUSADA demonstrou que a maior parte dos titulados apoiaram D. Miguel, ao contrário do que muitas vezes se pensava, e demoliu alguns mitos, dos quais o menor não será o ter dito com clareza que o discurso político miguelista tem muito que o aproxime dos seus congéneres europeus e, portanto, que não é, como apregoavam e ainda apregoam alguns, um puro produto caseiro.

Embora a autora não tenha feito um terceiro ensaio relativo à magna questão da imprensa, este trabalho contém os ingredientes necessários para que tal seja levado a cabo. Através de uma exaustiva inventariação da imprensa periódica miguelista entre 24 de Agosto de 1820 e 27 de Maio de 1834, que nos é dada em anexo, devidamente agrupada segundo a filiação política, M. ALEXANDRE LOUSADA esteve atenta aos problemas que suscitava aos miguelistas a utilização da liberdade de imprensa. A forma como os doutrinadores miguelistas utilizaram e abusaram de tal faculdade é-nos aqui sucintamente relatada, bem como a distribuição temporal e geográfica dos periódicos, não esquecendo a informação acerca das profissões dos redactores.

Assim como os contra-revolucionários se viram confrontados com um fenómeno totalmente novo — a revolução francesa — M. A. LOUSADA debateu-se com um objecto teórico praticamente inexplorado e difficil de analisar. A autora não se escudou na providência — estudou-a. A autora, como a epigrafe deste trabalho comprova, sabe quão relativo é o saber histórico e acredita, como EDGAR MORIN, que «la seule pensée qui vive est celle qui se maintient à la température de sa propre destruction». Quem pegar neste trabalho tem uma série de pistas para o desenvolver e talvez, no futuro, para o destruir. Mas até lá, estas provas ficarão como obra de consulta indispensável para todos aqueles que queiram analisar a revolução na sua componente reaccionária. Foi dado o primeiro passo para se estudarem os efeitos intellectuais da reacção política. Muito há a fazer neste campo, e não tenho dúvidas que a leitura destes agradáveis e esclarecedores ensaios despertarão vocações e coduzirão a um mais cabal esclarecimento das razões do nosso devir histórico.

MARIA TERESA MÓNICA